

XIX COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

A AMÉRICA LATINA E O LESTE ASIÁTICO NA ATUAL CONJUNTURA DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Florianópolis/SC, 20 a 22 de outubro de 2025

BRASIL E A CHINA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: O PAPEL DO ESTADO E AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (1930-2020)

Laura Brand Fabrizio¹

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é analisar comparativamente as políticas estatais de desenvolvimento rural da China e do Brasil, entre 1930 e 2020, destacando como suas posições no sistema-mundo influenciaram os investimentos e os resultados sociais no meio rural. Para alcançar tal objetivo, o artigo se desdobra em outros quatro objetivos específicos: a) investigar as trajetórias históricas de desenvolvimento da China e no Brasil sob a economia-mundo capitalista; b) identificar as principais políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas por ambos os países no período de 1930 a 2020; c) avaliar os impactos dessas políticas nas condições de vida das populações rurais (proteção social, renda, acesso a serviços, etc.); e d) relacionar as políticas e o desenvolvimento rural às posições estruturais de China e Brasil na economia-mundo capitalista, discutindo seus limites de atuação e contradições. Como metodologia, utilizaremos o método de comparação abrangente, partindo dos conceitos de economia-mundo e *longe durée* (longa duração) da perspectiva dos sistemas-mundo. Espera-se demonstrar que a capacidade de promover melhorias nas condições de vida das populações rurais está diretamente relacionada à construção e trajetória histórica de desenvolvimento e à autonomia relativa dos Estados na economia-mundo capitalista. A pesquisa busca evidenciar que, enquanto a China formulou uma trajetória hibridizada centrada na sua própria soberania e no mercado interno, o Brasil seguiu uma trajetória de dependência e exclusão social no campo com raízes coloniais e escravocratas, limitando o alcance de seu desenvolvimento socioeconômico no rural. Assim, espera-se compreender o papel dos Estados nas diferentes trajetórias de desenvolvimento da América Latina e do Leste Asiático na economia-mundo capitalista.

Palavras-chave: Política agrária. Desenvolvimento Rural. Sistemas-Mundo. Leste Asiático. América Latina.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC).

Introdução

América Latina e Leste Asiático emergiram historicamente como regiões periféricas e semiperiféricas no interior da economia-mundo capitalista (E-MC). A partir dessa posição estrutural, suas trajetórias de desenvolvimento rural refletem não apenas estratégias internas de construção estatal, mas também as formas como cada Estado conseguiu ou não aproveitar as dinâmicas sistêmicas em curso. Assim, o objetivo deste artigo é compreender o papel do Estado nas políticas agrárias voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do campo no Brasil e na China, entre 1930 e 2020, explorando como tais políticas foram condicionadas por suas diferentes inserções em sinergia com suas regiões no sistema-mundo, e analisar se elas representam uma trajetória de bifurcação entre a América Latina e o Leste Asiático.

A comparação entre Brasil e China se justifica porque ambos os países enfrentaram, a partir do século XX, desafios semelhantes de inserção no sistema-mundo e de resposta às demandas de transformação do campo. Contudo, enquanto o Brasil consolidou um modelo de agricultura de larga escala orientado para as demandas externas e marcado pela concentração fundiária com heranças colonial e escravocrata, a China priorizou, após a Revolução de 1949, um modelo de desenvolvimento rural que articulava reforma agrária, organização camponesa e provisão estatal de crédito, infraestrutura e proteção social. Essas escolhas não resultaram de autonomia plena, mas de diferentes formas de aproveitar as dinâmicas estruturais globais para fins de construção estatal.

A metodologia do artigo adota a comparação abrangente (Tilly, 1984), examinando dois casos de regiões distintas da mesma economia-mundo para identificar como características particulares podem ser explicadas em função de suas relações com o todo. Não buscamos causas finais para grandes processos históricos, mas causas aproximadas que iluminem a forma como as políticas agrárias se articularam às condições estruturais. Por desenvolvimento rural entendemos, neste trabalho, o conjunto de políticas e práticas voltadas à transformação das condições de vida das populações camponesas, em suas dimensões produtiva, social e política (Stédile, 2002). O foco recai, portanto, em como Estado e campesinato se articularam em cada caso, e como as trajetórias de Brasil e China revelam não apenas possibilidades de inclusão social, mas também contradições profundas impostas pela economia-mundo capitalista.

É importante destacar que, sob a perspectiva adotada, não existe um “desenvolvimento” autônomo de um Estado nacional. De fato, o desenvolvimento dos países do sistema interestatal é expressão do desenvolvimento da economia-mundo capitalista em sua totalidade (Wallerstein, 2004). Os Estados podem, no máximo, aproveitar aberturas conjunturais e movimentos da estrutura sistêmica para promover sua própria construção estatal, ainda que de forma limitada. Esse cuidado analítico busca evitar o risco do “nacionalismo metodológico” (Vieira, 2015), ou seja, a ilusão de que as trajetórias nacionais podem ser entendidas apenas a partir de seus marcos internos. Ao trazer essa comparação nas perspectiva da economia política dos sistemas-mundo, pretendemos contribuir para o debate sobre a questão agrária e o papel do Estado no desenvolvimento rural, mostrando como as distintas trajetórias de construção estatal e inserção mundial de Brasil e China explicam os resultados alcançados e as contradições ainda em curso.

Para isso, o artigo organiza-se, além desta introdução e das considerações finais, em três seções principais. A primeira analisa como a América Latina e o Leste Asiático, embora ambos tenham emergido no sistema-mundo capitalista como periferia-semiperiferia, percorreram trajetórias opostas ao longo do tempo. A segunda seção reconstrói historicamente a trajetória de desenvolvimento rural do Brasil, articulando-a com as principais políticas agrárias implementadas entre 1930 e 2020 e observando seus resultados econômicos e sociais para a população do campo. Na terceira seção, o mesmo exercício é realizado em relação à China, buscando compreender as políticas implementadas e os resultados alcançados em seu meio rural.

1. As trajetórias distintas da América Latina e do Leste Asiático na economia-mundo capitalista

Antes de nos debruçarmos sobre as estratégias políticas de desenvolvimento rural no Brasil e na China, julgamos necessário situar as posições estruturais de ambos dentro da economia-mundo capitalista, já que, em nosso entendimento, o presente tem uma longa história e tais Estados parecem estar diante de longas continuidades que os impediram de grandes rupturas. Diante disso, apoiamos nossa análise com o enfoque regional da análise dos sistemas-mundo delineado por Arrighi, Hamashita e Selden (2003) e, posteriormente, pelo trabalho de Vieira, Ouriques e Santos (2023) que parte da concepção de que as regiões da América Latina e Leste Asiático tomaram trajetórias de desenvolvimento distintas na economia-mundo capitalista. Isto é, apesar de ambas emergirem como periferia-semiperiferia do capitalismo histórico, seus caminhos bifurcam na atual conjuntura do sistema-mundo moderno, ao passo em que o Leste Asiático está se deslocando em direção ao centro de acumulação mundial capitalista, e a América Latina persiste na posição periférica. Para tanto, cabe identificarmos as principais características estruturantes deste sistema histórico, sendo ele a E-MC, e as condicionantes para as trajetórias de ambas as regiões.

De fato, o que entendemos por economia-mundo é uma grande zona geográfica dentro da qual há uma divisão de trabalho, e uma troca interna significativa de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho, a qual unifica toda estrutura (Wallerstein, 2004). A economia-mundo capitalista ou o moderno sistema-mundo surge como um sistema social histórico em partes da Europa e das Américas no longo século XVI (1490-1650), se expandindo e ocupando todo o globo desde então. Esse sistema ainda é constituído por dois subsistemas, um subsistema interestatal, composto pelos estados nacionais integrados formalmente com o Tratado de Westphalia no século XVII, e um subsistema econômico,

formado pelas cadeias mercantis mundiais² que segmentam o sistema em centro, semiperiferia e periferia.

De acordo com Wallerstein (2004), o capitalismo como sistema não toma forma pela existência de pessoas ou empresas produzindo para a venda no mercado com o intuito de lucrar, ou por pessoas trabalhando em troca de salários. Aliás, como veremos no próprio caminho de desenvolvimento asiático, essas pessoas ou empresas existem há milhares de anos em todo o mundo. O sistema capitalista é definido quando prioriza a acumulação de capital em um processo contínuo e sem fim, e quando se associa ao Estado para obter vantagens para esta acumulação incessante. Assim, este subsistema econômico “é capitalista porque está organizado ou dirigido pela acumulação incessante de capital” (Vieira, 2025, p. 33). E esta acumulação só foi possível pois os capitalistas estabeleceram uma estreita relação com o Estado, em que “os capitalistas – o agente econômico que busca o lucro máximo acima de qualquer outro objetivo – e os formadores de Estado – que buscam o monopólio do poder – juntaram suas forças e ao fazê-lo criaram o sistema social histórico em que vivemos hoje” (Vieira, 2025, p. 35). A associação é imprescindível, ao passo em que o Estado tem o monopólio e uso legítimo da força para se apropriar e redistribuir a riqueza de seu território a fim de possibilitar com que os capitalistas atuem livremente para expandir seus lucros.

Uma região pode ser considerada uma zona intermediária entre a nação e a economia-mundo, de modo que é um território com características específicas. De acordo com Arrighi, Hamashita e Selden (2003), uma região-mundo é uma entidade relativamente autônoma e orgânica que abrange uma multiplicidade de culturas materiais e políticas definida pelas suas interdependências e interações político-econômicas. Nesse sentido, o Leste Asiático pode ser compreendido como uma região-mundo, pois até o século XIX estava fora da economia-mundo europeia que emergiu no século XVI, e o nordeste, interior e sudeste asiáticos formavam uma única região em que as interações entre as sub-regiões eram muito mais relevantes para os seus processos de desenvolvimento do que com as interações com outras partes do mundo. Ainda, os autores (2003) definiram três temporalidades do processo de regionalização desta região-mundo: a longa duração de 500 anos com a consolidação de um sistema sinocêntrico de comércio e tributos; a duração intermediária de 150 anos (1820-1945), em que a incorporação do Leste da Ásia na economia-mundo capitalista desencadeou algum grau de desregionalização; e um tempo curto de 50 anos (1945-1995), quando integração regional ganhou novo fôlego.

Diferentemente, Vieira, Ouriques e Santos (2023) argumentam que a América Latina não pode ser caracterizada como uma região-mundo da mesma forma definida no Leste Asiático, principalmente porque as interações dentro e entre os países latino-americanos não

² “[...] conjunto de atividades necessárias para que uma mercadoria seja produzida e consumida; a dimensão espacial da economia-mundo é dada pelo alcance dessas cadeias. Os diversos nódulos que compõem uma cadeia mercantil apresentam diferentes rentabilidades, as quais são inversamente proporcionais à competição verificada em cada um deles. Ao se concentrarem em diferentes regiões do globo, os nódulos de alta, média e baixa rentabilidade segmentam a economia-mundo capitalista em três regiões econômicas: centro, semiperiferia e periferia, as quais coincidem em grande parte com certo grupo de Estados: os centrais, os semiperiféricos e os periféricos. Não obstante, um Estado central pode abrigar (em pequena proporção) nódulos de baixa rentabilidade. Do mesmo modo, um Estado periférico pode abrigar uns poucos nódulos de alta e média rentabilidade. Já o Estado semiperiférico se caracteriza por conter proporções mais ou menos idênticas dos dois tipos de nódulo (Vieira, p. 33, 2025).

foram essenciais para seus respectivos processos de desenvolvimento como com as outras partes da E-MC,

Assim, ao contrário do Leste da Ásia [...] os processos de regionalização aos quais as Américas Central e do Sul estiveram submetidas desde a emergência da economia-mundo capitalista não conformaram um contínuo territorial orgânico de interdependência econômica e política ao longo de todo o subcontinente. **Isso porque o domínio europeu não apenas rompeu com a regionalidade dos impérios pré-colombianos e dos demais povos, como também redefiniu as formas de integração dos espaços a partir de cadeias mercantis globais — prata, açúcar, ouro, café etc.** Portanto, do ponto de vista espacial, se nos referimos à América Latina como região, é antes por suas características comuns, por seu passado colonial, do que pela existência de uma divisão regional do trabalho capaz de condicionar os processos de formação nacional e de inserção mundial dos países que compõem a região (Vieira; Ouriques; Santos, 2023, **grifo nosso**, p. 30).

Com efeito, para esses autores (2023), a temporalidade da América Latina inicia no mesmo período que a E-MC no século XVI. Para comparar as duas regiões, eles sugerem três unidades temporais que se entrelaçam com o sistema sinocêntrico de comércio e tributos: **de 1500 a 1850**, quando América Latina se formou com a economia-mundo como colônia de Portugal e Espanha, ficando marcada pela língua e religião ibéricas, desigualdade social, exclusão dos povos nativos, economia frágil baseada no trabalho forçado e ausência de Estados fortes; **de 1850 a 1980**, em que depois da independência, surgiram países fragmentados, com Estados fracos, instabilidade política e dependência externa, e uma economia primário-exportadora, com industrialização tardia e dominada por multinacionais; e **de 1980 a 2020**, quando a crise da dívida levou a ajustes neoliberais, privatizações e enfraquecimento do Estado. Nessa conjuntura, muitos países sofreram desindustrialização e voltaram à exportação de commodities. Houve avanços sociais pontuais, mas em geral a dependência externa e a fragilidade estatal permaneceram, junto com crises nos processos de integração regional.

Entrelaçando as duas regiões nestas três temporalidades, Vieira, Ouriques e Santos (2023) compreendem que na **longa duração (500 anos)** a América Latina ocupava posição periférica na E-MC, enquanto o Leste Asiático se mantinha como uma arena externa. A região latino-americana era colônia, sem Estados próprios consolidados, ao contrário da Ásia, organizada em dinastias. A acumulação de capital aqui se dava pela produção de bens primários para exportação, enquanto no Leste Asiático surgiam economias nacionais voltadas para o mercado interno. No campo tecnológico, a América Latina teve seu potencial criativo bloqueado pela escravidão e pelo colonialismo, ao passo que o Leste Asiático já desenvolvia técnicas produtivas, comerciais e financeiras comparáveis às europeias. Por fim, enquanto a dependência colonial impediu a América Latina de criar integração regional autônoma, a Ásia conseguiu construir redes de interdependência que favoreceram sua própria aceleração evolutiva³. Em um **período intermediário (150 anos)**, mesmo com a formação dos Estados nacionais, a América Latina permaneceu na periferia da economia-mundo capitalista. Já o Leste Asiático, embora incorporado de forma subordinada, conseguiu preservar e fortalecer

³ “Por aceleração evolutiva, designamos os processos de desenvolvimento de sociedade que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos” (Ribeiro apud Vieira, Ouriques e Santos, 2023, p. 55-56).

suas estruturas estatais, garantindo maior capacidade de disciplinar os agentes econômicos e fomentar o desenvolvimento tecnológico. Na América Latina, a fragilidade dos Estados impediu o controle sobre a modernização, resultando em baixa inovação manufatureira e forte dependência de tecnologias externas. Em contraste, o Leste Asiático aproveitou sua autonomia histórica para conduzir a modernização com base em tecnologias próprias, o que impulsionou seu desenvolvimento manufatureiro. Enquanto a industrialização tardia latino-americana não consolidou integração regional, na Ásia as conexões históricas e a interdependência serviram de base para que a região se transformasse na “oficina do mundo”. No **tempo curto (50 anos)**, as diferenças entre América Latina e Leste Asiático se aprofundaram. Na América Latina, os governos seguiram recomendações dos países centrais e abandonaram a estratégia desenvolvimentista, o que levou à desindustrialização e à especialização em poucos produtos primários, reforçando sua condição periférica. Já o Leste Asiático, sustentado por sua autonomia histórica e pela continuidade de estratégias desenvolvimentistas, reorganizou o antigo sistema sinocêntrico por meio de redes produtivas em múltiplas camadas⁴. Assim, conseguiu construir uma estrutura econômica capaz de capturar parcelas crescentes do excedente mundial, aproximando-se do centro da hierarquia global de riqueza e poder (Vieira; Ouriques; Santos, 2023).

Em suma, a América Latina possui uma longa trajetória marcada pela ausência de autonomia e organicidade interna, sobretudo quando comparada ao Leste Asiático. Esse desvio tem raízes na forma como cada região se vinculou à economia-mundo capitalista: enquanto o Leste Asiático preservou, em grande parte de sua história, margens de autonomia para definir seu próprio caminho de desenvolvimento, os países latino-americanos surgiram já como parte integrante da formação da economia-mundo no século XVI, o que limitou suas trajetórias internas (Vieira; Ouriques; Santos, 2023). Essa bifurcação histórica se expressa de maneira evidente em países como Brasil e China, que seguiram rumos profundamente distintos dentro do sistema-mundo.

Com base nesse marco teórico, as próximas seções buscam situar as especificidades das trajetórias de desenvolvimento rural de China e Brasil em seus respectivos contextos regionais do sistema-mundo moderno.

2. Trajetória de desenvolvimento rural e política agrária do Brasil

Como vimos, a América Latina não passa por um processo de incorporação à economia-mundo capitalista. O Brasil já nasce integrado a esse sistema no longo século XVI, com sua formação como colônia portuguesa. A história brasileira, portanto, é indissociável da

⁴ “O crescimento econômico explosivo do Leste Asiático desde o final da Segunda Guerra Mundial se parece com um foguete de três estágios. No primeiro estágio, o principal agente de expansão foi o governo norte-americano, cujas estratégias de poder impulsionaram a melhoria da economia japonesa e criaram as condições políticas da subsequente expansão transfronteira do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas. No segundo estágio, os próprios negócios japoneses se tornaram o principal agente de expansão. Como a área de captação de suas redes de subcontratação passou a abranger a região leste-asiática inteira, a diáspora capitalista chinesa foi revitalizada e ofereceram-se ao governo chinês oportunidades únicas de mobilizar essa diáspora na dupla busca de avanço econômico para a China continental e de unificação nacional para a Grande China. No incipiente terceiro estágio, é exatamente o governo chinês que, agindo em consonância com a diáspora capitalista chinesa, parece estar emergindo como o principal agente da expansão” (Arrighi 1996, 127-128).

própria história da economia-mundo e deve ser analisada a partir dessa condição colonial. O desenvolvimento agrário no Brasil esteve, então, vinculado à inserção periférica, estruturada pelas cadeias mercantis globais que instalaram no território um subsistema de produção voltado às redes de produção e troca das economias centrais. Inicialmente baseado no trabalho escravo e, posteriormente, no trabalho assalariado, esse modelo consolidou raízes coloniais e escravocratas que marcaram a trajetória agrária nacional. Assim, as políticas rurais e agrárias brasileiras foram inseridas desde seu início pela lógica capitalista e pela exploração da força de trabalho.

Essa interpretação deriva, em primeiro lugar, da ideia de que ao colonizar as terras americanas através da produção de açúcar, Portugal inseriu o Brasil no processo de formação da economia-mundo capitalista (Vieira, 2010). A saber, no período anterior à colonização em 1500, as populações que se encontravam no nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura (em especial a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco, e frutos silvestres) (Stédile, 2011). De acordo com Darcy Ribeiro (1995), quando os portugueses invadiram o território brasileiro, estima-se haver uma população de mais de 300 grupos tribais, totalizando aproximadamente 5 milhões de pessoas. Com a chegada dos portugueses, a organização da produção, a apropriação dos bens da natureza, e a própria vida social e coletiva desses povos se transformaram para atender as demandas do capitalismo europeu incipiente. Os europeus organizaram todo o território de modo a produzir produtos agrícolas em larga escala (*plantation*) como a cana-de-açúcar, o algodão, o cacau, o tabaco, o gado bovino, o café, a pimenta-do-reino, para exploração comercial, com emprego de mão de obra escrava, transformando-os em mercadorias.

Em especial, a cadeia mercantil do açúcar (1550-1800) formou uma rede de negócios de produção, comercialização e consumo, conectando a América, Europa, África e Ásia. Segundo Pedro Vieira (2010), as principais atividades desse processo implicavam: a Europa fornecia capitais, equipamentos, insumos e armas indispensáveis à produção, além de concentrar o refino e receber a maior parte dos produtos coloniais. Da África vinha a força de trabalho escravizada, mobilizada em larga escala por meio de um sistema que envolvia navios, armas, mercadorias e até produtos coloniais como cachaça, tabaco e farinha utilizados no escambo. Esse circuito ainda se conectava à Ásia, de onde vinham tecidos adquiridos com produtos coloniais, artigos fundamentais para o comércio de africanos escravizados. De fato, a economia colonial brasileira constituiu-se como um subsistema voltado à exportação e à reprodução ampliada da economia-mundo capitalista.

Também nos ancoramos na historiografia econômica brasileira de Caio Prado Jr. (2008, p. 29) em que “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. E Fernando Novais (2005, p. 41) ao propor que o sentido da colonização representaria “uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu”. Para tanto, na nossa perspectiva adotada, o intuito da colonização brasileira não seria propriamente a aceleração da acumulação

primitiva, mas a formação do sistema histórico que chamamos de moderno sistema-mundo (ou economia-mundo capitalista).

De todo modo, nesse período, a Coroa portuguesa detinha a posse da terra, inexistindo propriedade privada. Portugal, no entanto, concedia o uso com direito à herança aos capitalistas-colonizadores, no sistema de sesmarias. Estruturou-se, assim, uma organização espacial em que poucos controlavam extensas áreas destinadas à produção de mercadorias com mão de obra escrava para a Coroa e, por fim, para o mercado europeu. A questão agrária⁵ e o desenvolvimento rural no Brasil têm origem nesse contexto colonial e nas transformações socioespaciais dele derivadas. Mesmo após a independência, em 1822, o país nasce com uma estrutura fundiária marcada pela forte concentração e pelo monopólio da terra, em que “a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria” (Prado Jr., 1979, p. 15).

No século XIX, sob pressão da hegemonia inglesa pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado – abolição progressiva via Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e, por fim, a Lei Áurea –, a Coroa buscou impedir que os futuros libertos se apropriassem das terras. Em 1850, promulgou-se a primeira Lei de Terras (Lei nº 601), que instituiu a propriedade privada e permitiu a compra de títulos da Coroa por cidadãos brasileiros. Ao mesmo tempo, a lei inviabilizou que trabalhadores libertos se tornassem camponeses, pequenos proprietários de terra, mantendo-os subordinados aos fazendeiros como assalariados. Nesse sentido, “[...] a Lei de Terras foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (Stédile, 2011, p. 23).

Com a Lei Áurea, em 1888, extinguiram-se simultaneamente o trabalho escravo e o modelo de *plantation*. Impedidos de se tornar camponeses, a maioria dos ex-escravizados deixou o campo e buscou sobrevivência nas cidades. Para suprir a falta de mão de obra, o Brasil intensificou a propaganda voltada à atração de camponeses pobres, sobretudo da Itália, Alemanha e Espanha, excluídos pelo avanço da industrialização europeia no final do século XIX. Entre 1875 e 1914, mais de 1,6 milhão de imigrantes europeus chegaram ao país (Ribeiro, 1995). Parte deles foi direcionada ao Sul, recebendo lotes entre 25 e 50 hectares; outra parte seguiu para São Paulo e Rio de Janeiro, sem acesso à terra, sendo incorporada às fazendas de café sob o regime de colonato⁶.

⁵ A questão agrária no Brasil é um debate ávido e ganha forma principalmente na década de 1950 e 1960 (Paim, 1957; Rangel, 2004; Guimarães, 1968; Prado Jr., 1979). Nossa intuito para este trabalho não é entrar nessa discussão, apenas compreender o contexto por trás das políticas públicas de desenvolvimento rural. Com isso, quando falamos em questão agrária, estamos nos referindo além de questões ligadas à produção, à produtividade e aos processos técnicos que buscam expandir esses aspectos. O termo toma um sentido mais amplo e refere-se também aos aspectos relacionados com a organização e uso do espaço rural, sendo eles os impactos da atividade produtiva no ambiente, as dinâmicas das populações no meio rural e os fluxos e cadeias de mercados (Stédile, 2011).

⁶ “O regime de produção sob a forma de colonato, assim rotulado por sociólogos, foi o estabelecimento de relações sociais específicas na produção de café, entre os fazendeiros e os colonos, não se tendo notícia de sua adoção em nenhum outro país. Por esse sistema, os colonos recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência, e de criar pequenos animais gerando, assim, melhores condições de sobrevivência. Cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão de obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que

Stédile (2012) identifica duas origens para o campesinato brasileiro nesse contexto. De um lado, a chegada de quase dois milhões de camponeses pobres europeus, atraídos para o Sul e o Sudeste. De outro, a formação de um campesinato mestiço, fruto da miscigenação de negros, indígenas e brancos ao longo de quatro séculos de colonização. Impedidos pela Lei de Terra de se tornarem pequenos proprietários, esses trabalhadores migraram para o interior, ocupando terras livres do sertão. Dessa experiência histórica emergiu o camponês brasileiro, o “sertanejo”, que se espalhou pelo interior do Nordeste, de Minas Gerais e de Goiás, estruturando comunidades rurais que, mesmo sem a propriedade privada da terra, ocupavam-na de forma individual ou coletiva, sustentando-se por meio da produção agrícola de subsistência.

Inicia-se, então, o período da cadeia mercantil do café (1830-1929), cuja expansão no contexto da hegemonia britânica “certamente imprimiu marcas específicas à continuidade do sentido da colonização” (Vieira, 2012, p. 273). Os nódulos centrais dessa cadeia estavam sob controle de agentes estrangeiros: britânicos, no comércio e no financiamento, e estadunidenses, no consumo. Embora o Brasil concentrasse a etapa produtiva, não possuía autonomia para definir os rumos do café. O controle externo se intensificou, de modo que a maior parte da riqueza e dos lucros gerados era transferida aos centros hegemônicos, dominados por firmas europeias (Vieira, 2012). Assim, reforçou-se a posição periférica do Brasil, integrado à divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários e importador de manufaturados.

A cadeia mercantil do café consolidou a estrutura latifundiária brasileira e aprofundou a desigualdade entre camponeses e grandes proprietários, vinculando-se às demandas industriais dos países centrais. Com a crise do café e do modelo agroexportador em 1930, em meio ao caos sistêmico do ciclo de acumulação da Inglaterra, abriram-se condições para a formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. No entanto, como destaca Marcelo Arend (2013), a consolidação da hegemonia estadunidense no imediato pós-guerra, associada à fase de expansão material do ciclo, limitou o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas. Nesse contexto, o Brasil passou a adotar o desenvolvimentismo internacionalista, que buscava internacionalizar o mercado interno em detrimento de políticas estatais voltadas à autonomia nacional sobre as cadeias mercantis mundiais. Essa estratégia vigorou até a década de 1980, sustentada pela expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano.

Do ponto de vista da questão agrária, esse período caracterizou subordinação econômica e política da agricultura à indústria, bem como um processo de modernização conservadora da agricultura brasileira. Em contrapartida à esse movimento de “modernização técnica” da agricultura, surge o debate sobre a reforma agrária no Brasil (Delgado, 2005). Nesse contexto, entra em vigor a discussão sobre o princípio da função social, com vistas a substituir a tradição do direito de propriedade inscrita na Lei de Terras de 1850, que trata a terra como uma simples mercadoria. No entanto, com o início da ditadura militar em 1964 o debate político é interrompido e o pensamento conservador vai ganhando espaço em questões sobre a oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o

poderia ser vendido junto ou separado com o do patrão. A esse regime de colonato sujeitaram-se milhares de famílias migrantes, em especial da Itália e da Espanha” (Stédile, 2012, p. 26).

comércio exterior, omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas consequências (Delgado, 2005).

Nesse momento, a economia-mundo capitalista entra em fase de expansão material puxada pela ascensão dos Estados Unidos como nova hegemonia mundial. A “era de ouro” dessa fase estadunidense impôs desafios para o Brasil e todo Sul Global. Na América Latina, os países foram instruídos, de acordo com a Doutrina Truman, a buscar capital privado internacional, em que “[...] era necessário criar o clima certo para os investimentos. Isso equivalia a um compromisso com o desenvolvimento capitalista, ao cerceamento do nacionalismo e ao controle da esquerda, da classe trabalhadora e do campesinato.” (Arrighi; Silver, 2001, p. 218). Assim, por mais que houvesse grandes investimentos estatais em infraestrutura e no setor produtivo, estariam a serviço da acumulação privada.

No desenvolvimento rural esse período resultou na incorporação do pensamento funcionalista estadunidense a respeito dos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico, que visava liberar mão de obra para a indústria, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias-prima para indústrias, elevar exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano (Delgado, 2005). Mais do que isso, estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, considerados sinônimos de modernidade, incentivando o aprofundamento de crédito para a agricultura capitalista com políticas de fomento produtivo, como o Sistema Nacional de Crédito Rural, Políticas de Garantia de Preço, Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (Proagro), Pesquisa e Extensão Rural, etc.

O processo de modernização agrícola no Brasil configurou um pacto tecnicamente inovador, mas socialmente conservador. Ao integrar indústria e agricultura, reincorporou as oligarquias rurais da grande propriedade, que desde a era Vargas já tinham representação nos institutos de fomento setoriais. Na “modernização conservadora”, o latifúndio foi amplamente beneficiado por programas estatais de apoio fiscal e financeiro, resultando em forte valorização da terra, muito acima do crescimento real da economia. Esse processo de modernização reforçou a heterogeneidade da agricultura brasileira, marcada pela desigualdade no uso de tecnologias e nas relações de trabalho. Os avanços concentraram-se sobretudo no Sul, Sudeste e parcialmente no Centro-Oeste, enquanto Nordeste e Norte permaneceram com baixos índices de modernização (Delgado, 2005).

A partir dos anos 1970 com a expansão financeira, o Brasil passou a depender fortemente de capital externo, o que levou ao endividamento e fragilidade diante das altas finanças internacionais. Quando a liquidez global secou nos anos 1980, a crise externa se somou a problemas internos, como inflação alta, desequilíbrio fiscal, atraso tecnológico e instabilidade macroeconômica. Nesse contexto, o desenvolvimentismo perdeu espaço, e nos anos 1990 o país se reintegrou aos fluxos de capitais internacionais sem uma estratégia nacional, seguindo a lógica liberal dominante, baseada em abertura financeira e comercial, em vez do protagonismo estatal (Arend, 2013).

Para a questão agrária brasileira, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por transição e contradições. Com a abertura política, houve ampla articulação de movimentos sociais e entidades de assessoria agrária. Surgem o Movimento das(os) Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Comissão Pastoral da

Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), todos buscando uma reforma agrária que enfrentasse a desigualdade fundiária e promovesse maior inclusão e melhores condições sociais para o campesinato.

Por outro lado, com a expansão financeira da economia-mundo capitalista, a política econômica externa brasileira vinculou o setor agrícola à “solução” do endividamento, reforçando a concentração fundiária e a especulação no mercado de terras, em benefício dos grandes proprietários (Delgado, 2005). Com esse ajuste neoliberal, desde os anos 1980, o Brasil passa a abrir-se ao agronegócio, intensificando sua especialização como exportador de commodities (soja, carne, minérios) e aprofundando sua inserção subordinada nas cadeias globais. A saber, o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso relançou o agronegócio por meio de iniciativas convergentes: investimento em infraestrutura territorial com eixos de desenvolvimento para integrar novos territórios e corredores comerciais; direcionamento da pesquisa agropecuária, reorganizando a Embrapa em sintonia com empresas multinacionais; regulação frouxa do mercado de terras, deixando grande parte das áreas fora do controle público; e mudança na política cambial, que aumentou a competitividade internacional do agronegócio, associando grande capital à grande propriedade fundiária sob mediação estatal (Delgado, 2005).

Ao mesmo tempo, a partir dos anos 1990, consolidaram-se políticas públicas voltadas à agricultura familiar, impulsionadas pela Constituição de 1988, que ampliou direitos sociais aos trabalhadores rurais, e pela mobilização de movimentos, como o Grito da Terra Brasil. Nesse contexto surgiu o Programa de Valorização do Pequeno Agricultor (Provap) em 1993, que deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1994, marco do reconhecimento legal dos agricultores familiares, posteriormente consolidado pela Lei nº 11.326/2006. Nos anos 2000, os governos progressistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) ampliaram esse processo, com a criação de instrumentos no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltados a crédito, comercialização e assistência técnica. O Pronaf, por exemplo, alcançou na safra de 2008/2009 mais de 2,23 milhões de contratos e 10,8 bilhões de reais em recursos, beneficiando majoritariamente agricultores antes excluídos do crédito rural (Mielitz Neto; Melo; Maia, 2010). Outros programas importantes foram: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2003), que direciona compras da agricultura familiar para a segurança alimentar; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); o Garantia-Safra; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 2009), que passou a exigir a aplicação de no mínimo 30% do orçamento municipal em produtos da agricultura familiar; o Programa Nacional de Biodiesel; o Mais Alimentos; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)⁷.

Embora os avanços sociais promovidos pelo novo arcabouço institucional tenham beneficiado os camponeses brasileiros, a estrutura fundiária do país permanece entre as mais desiguais e concentradas do mundo. O Censo Agropecuário de 2017 mostra que pequenas propriedades, com até 100 hectares, representam 70% do total, mas ocupam apenas 11% da área rural, enquanto os latifúndios concentram cerca de 55% das terras aráveis (Konchinski; Bianchi, 2025). Desde 1990, o governo brasileiro criou aproximadamente 9 mil

⁷ Dados e detalhamento de todos os programas referidos podem ser obtidos em:
<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mdm>

assentamentos em 88 milhões de hectares, beneficiando 1,2 milhão de famílias (MST, 2022). Apesar disso, estima-se que ainda haja ao menos 145 mil famílias acampadas, sem terra, aguardando por um lote para produzir (Konchinski; Bianchi, 2025).

Esse quadro fundiário desigual repercute diretamente nas condições de vida da população rural. A pesquisa de Valadares e Alves (2023), realizada no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017-2018, mostra que, entre 2002 e 2018, o número de famílias rurais cresceu 28,4%, ritmo bem inferior ao das áreas urbanas, que avançaram 44,7%. Como resultado, a participação relativa do campo no total de famílias brasileiras caiu de 15,2% para 13,7%. Além disso, o tamanho médio dos domicílios diminuiu em ambos os contextos, indicando certa convergência entre campo e cidade, ainda que a expansão urbana se mantenha mais acelerada.

As desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando se observam os rendimentos. Em 2018, 67% das famílias rurais viviam com até três salários mínimos, contra 39% nas cidades. Entre elas, 43% sobreviviam com até dois salários mínimos, enquanto apenas 10% ultrapassavam seis salários mínimos, proporção três vezes menor que a registrada nas áreas urbanas (29%). Apesar da política de valorização do salário mínimo até 2019, seu papel como indexador de preços reduziu a capacidade aquisitiva das famílias, sobretudo no campo (Valadares; Alves, 2023). Soma-se a isso uma crescente dependência das transferências de renda: em 2008, o trabalho representava 53,6% da renda total das famílias rurais; em 2018, essa participação caiu para 46,8%, enquanto aposentadorias, pensões e programas assistenciais subiram de 20,5% para 25,3%. Entre as famílias mais vulneráveis, com até dois salários mínimos, essa dependência é ainda maior, aproximando-se do peso da renda do trabalho.

Portanto, o estudo de Valadares e Alves (2023) evidencia a vulnerabilidade estrutural da população rural no menor peso demográfico, renda média mais baixa, forte concentração em faixas de até três salários mínimos e dependência crescente de políticas sociais. Essa fragilidade se conecta a outro aspecto fundamental, a organização produtiva no campo. O Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), elaborado a partir do Censo Agropecuário de 2017, mostra que a agricultura familiar representava 76,8% dos estabelecimentos (cerca de 3,9 milhões), mas ocupava apenas 23% da área total agropecuária. Ainda assim, era responsável por 66,3% da força de trabalho, evidenciando sua centralidade na dinâmica rural.

Contudo, a predominância numérica da agricultura familiar não se traduz em melhores condições estruturais. De acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), a escolaridade no meio rural permanece baixa, com a maioria dos produtores possuindo apenas ensino médio incompleto. Já a modernização era bastante desigual, apenas 21,8% dos estabelecimentos tinham trator, semeadeira ou colheitadeira, chegando a apenas 3% no Nordeste, contra 66,8% no Sul. O acesso à internet também é restrito, alcançando apenas 28,2% dos estabelecimentos, com marcantes disparidades regionais. Sobre a mecanização, somente 14,4% dos estabelecimentos agropecuários possuíam tratores, e a diferença entre agricultores familiares e não familiares é expressiva. No Centro-Oeste, por exemplo, quase metade dos estabelecimentos não familiares tinham trator, contra apenas 3,2% dos familiares. No Sul, a diferença chega a quase 30 pontos percentuais.

Em síntese, esses indicadores mostram as contradições centrais da estrutura agrária brasileira, em que embora a agricultura familiar, ou camponesa, seja majoritária em número de estabelecimentos e responsável por grande parte do emprego rural, enfrenta limitações no acesso à terra, crédito, assistência técnica, tecnologia, mecanização e conectividade digital. Por outro lado, a agricultura não familiar, mesmo sendo minoritária em número de estabelecimentos, concentra terras, maquinário e recursos, reforçando a prioridade estrutural do país ao agronegócio aliado ao latifúndio e às exportações, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar.

Na conjuntura, o Brasil é um dos maiores agroexportadores de commodities agrícolas do mundo. Apesar dos avanços sociais e das novas políticas públicas para as populações do campo brasileiro, o agronegócio aliado ao latifúndio é ainda a principal frente de riqueza no meio rural, consolidando um campo extremamente desigual. Como tentamos evidenciar, o desenvolvimento rural no Brasil implica sua ligação histórica com a economia-mundo capitalista. Com uma inserção subordinada às cadeias mercantis mundiais de produção e de troca, vigorando a lei da acumulação incessante de capital, a trajetória do campo brasileiro ocorreu, de forma prioritária, por meio da despossessão de terras e pela exploração do trabalho. Por meio de um longo período de herança colonial e escravocrata, o desenvolvimento rural do Brasil relegou em segundo plano a maioria da população camponesa, sendo eles agricultores familiares, quilombolas e imigrantes, em detrimento da expansão de grandes latifúndios e capitalistas proprietários de terra.

A partir desta contextualização histórica, esperou-se evidenciar que as ações do governo brasileiro para fomentar o desenvolvimento da agricultura enquanto atividade econômica e/ou associá-la à economia do país foram influenciadas principalmente pelos movimentos da economia-mundo capitalista. Nota-se que o Estado brasileiro, apesar de nas últimas três décadas ter lançado iniciativas para a valorização da agricultura familiar e das pequenas propriedades de terra, seu interesse central persiste em beneficiar os capitalistas proprietários de terra e responder às demandas de produção e de comércio do sistema-mundo.

Na próxima seção, será traçado o mesmo percurso histórico do desenvolvimento rural e da política agrária na China, com atenção às condições sociais dos camponeses chineses. O objetivo é identificar em que medida as particularidades históricas desse país possibilitaram (ou não) maior inclusão social, relacionando-as às posições estruturais e às trajetórias de Brasil e China no sistema-mundo moderno.

3. Trajetória de desenvolvimento rural e política agrária da China

A China, em contraste com o Brasil, não nasceu integrada à economia-mundo capitalista. Como vimos, o Leste Asiático pode ser compreendido como uma região-mundo, pois, na longa duração de 500 anos, desenvolveu um sistema marítimo tributário, intensas trocas comerciais com manufaturas próprias, um mercado interno dinâmico e uma sociabilidade enraizada, muito antes da emergência do sistema social histórico vigente. Essa região-mundo foi organizada pelas dinastias Tang até Qing (século VII a 1911), estruturando redes de comércio e tributo que interligavam áreas costeiras, cidades portuárias e o comércio de longa distância. No centro desse sistema sinocêntrico encontrava-se a China Imperial,

sustentada por uma ordem hierárquica de laços culturais, políticos e econômicos (Hamashita, 2003).

Segundo Sugihara (2003), o caminho de desenvolvimento do Leste Asiático diferenciou-se do europeu, pois ali se consolidou uma “revolução industrial”. Entre os séculos XVI e XVIII, a região experimentou crescimento populacional sustentado, acompanhado por um modesto aumento no padrão de vida. Isso foi possível graças à capacidade de enfrentar restrições de recursos, sobretudo a escassez de terras, por meio do avanço tecnológico e do fortalecimento de instituições voltadas à plena absorção do trabalho familiar. Essas instituições, que não correspondem a um modo de produção específico, manifestaram-se em unidades menores e resilientes, como o lar camponês e a comunidade aldeã, que se mantiveram apesar de turbulências políticas e mudanças estruturais, tornando-se pilares do desenvolvimento regional. Dessa maneira, ao contrário do ocidente, nesse caso a América Latina, a acumulação no leste asiático ocorreu sem despossessão de terra (Arrighi, 2008).

Esse processo expressa uma lógica de dependência da trajetória, na qual arranjos históricos moldaram as possibilidades de crescimento de longo prazo. No caso chinês, desde os séculos XII e XIII, disseminaram-se práticas agrícolas intensivas como a seleção de sementes, irrigação, cultivo múltiplo e uso ampliado de ferramentas, com destaque para o cultivo de arroz irrigado no delta do Yangzi. A expansão dessa base produtiva sustentou tanto o crescimento populacional quanto a comercialização agrícola entre os séculos XVI e XVIII, além de ser difundida para o Japão. Desse modo, a agricultura no Leste Asiático consolidou-se em pequenas propriedades altamente intensivas em trabalho, com média de 1 a 3 hectares, frente aos 14 hectares da média francesa no século XIX, distinguindo-se da experiência europeia e norte-americana (Sugihara, 2003).

De todo modo, compreender a questão agrária e o desenvolvimento rural na China perpassa visualizar a centralidade da família camponesa para o caminho de desenvolvimento da região. No Leste Asiático, a agricultura permaneceu em pequena escala e centrada no trabalho familiar, que explorava intensivamente parcelas reduzidas de terra. O núcleo camponês organizava o calendário agrícola, do transplante à colheita, distribuindo tarefas entre seus membros, cultivando variedades distintas de arroz para equilibrar a demanda de trabalho ao longo do ano e evitando contratar mão de obra externa. Esse arranjo estimulava a cooperação interna, a polivalência nas tarefas e a flexibilidade diante de emergências, com a habilidade de gestão sendo um atributo central valorizado no âmbito doméstico (Sugihara, 2003). A família, em articulação com a comunidade aldeã, era a principal instituição que reforçava a disciplina produtiva, mais por sanções sociais do que por imposições legais do Estado. Apesar das restrições tecnológicas e do pequeno porte das unidades produtivas, esse sistema camponês integrava atividades protoindustriais, permitia certa mobilidade social, como a passagem para o comércio local ou, no caso chinês, o acesso teórico aos exames imperiais, e favorecia a adoção de técnicas intensivas em trabalho. Assim, a família camponesa consolidou-se como unidade de produção, consumo e reprodução social, baseando o caminho específico de desenvolvimento do Leste Asiático (Sugihara, 2003).

A protoindústria nesta região-mundo desenvolveu-se como extensão da economia familiar camponesa, distinta da europeia, onde a especialização geográfica levou à separação entre agricultura e indústria. No modelo asiático, o trabalho era alocado dentro da família, os

homens realizavam as tarefas centrais da agricultura, enquanto as mulheres se ocupavam tanto de atividades agrícolas secundárias quanto do trabalho protoindustrial, sobretudo no beneficiamento da seda e na tecelagem do algodão. Essa organização, ajustada ao calendário agrícola, reduziu a necessidade de migração rural-urbana. O dinamismo desse sistema residia na capacidade de empregar a mão de obra excedente da família em períodos de menor demanda agrícola, permitindo produzir a custos muito baixos, algo que nem as fábricas modernas conseguiam competir, como mostrou a sobrevivência do setor artesanal de tecelagem de algodão na China diante das manufaturas mecanizadas (Sugihara, 2003).

Com isso, até a metade do século XIX, a China teve autonomia para seguir um caminho de desenvolvimento e um modo de produção próprio integrado às redes de comércio do Leste Asiático. No período anterior, o comércio exterior entre China e o Ocidente era pequeno, com exportação de seda, chá e porcelana, o qual não produzia uma quantidade de bens que pudessem alterar o funcionamento da economia interna chinesa (Hamilton; Chang, 2003). A incorporação⁸ da China à economia-mundo capitalista somente aconteceu a partir do comércio do ópio com a Inglaterra via Companhia das Índias Orientais (CIO) e pelas subsequentes Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-1860), em que os produtos, tecnologias e métodos organizacionais ocidentais passaram a reformular a organização da economia chinesa (Vieira, 2021).

Para Vieira (2021) a partir de 1840 a China foi crescentemente incorporada à E-MC, até 1911 com o fim do Império e também no período republicano de 1912 a 1949, a incorporação foi parcial e fragmentada, pois a maior parte da economia chinesa não foi conectada aos circuitos financeiros e comerciais mundiais e nem o Estado foi totalmente reorganizado de maneira a seguir os comandos das potências mundiais ocidentais. Parte da resposta, para o autor, reside não apenas pelas dimensões territoriais e populacional da China, mas também porque as técnicas, práticas e formas das atividades econômicas chinesas foram desenvolvidas como parte indissociável de uma civilização milenar que se considerava o centro do mundo, como centro de uma ordem sinocentrada, e que resistia às imposições externas.

⁸ Com incorporação queremos dizer, pela perspectiva de Wallerstein (2011), que os processos de produção de uma área tornam-se integrados às cadeias de mercadoria da divisão do trabalho da economia-mundo capitalista, e estes por sua vez, respondem a acumulação de capital dentro do “mercado”. Wallerstein define que a expansão econômica e fase ascendente do período de 1750 a 1850 da economia-mundo europeia quebrou seus próprios limites e começou a incorporar “novas vastas zonas” na divisão do trabalho e puxá-las para dentro de um longo processo contínuo de acumulação de capital. Essas zonas (destacam-se a Ásia, o Império Otomano, o Império Russo e a África Ocidental) já estavam na arena externa da economia-mundo capitalista, todavia, no período subsequente à metade do século XVIII e início do XIX, passaram por um período de incorporação e, posteriormente, periferização. Para o autor, a incorporação ao mundo econômico capitalista é uma iniciativa destas regiões já incorporadas, ela derivou da necessidade da economia-mundo capitalista expandir suas fronteiras. Quando as arenas externas são incorporadas, Wallerstein (2011) destaca três mudanças no processo de produção: um novo padrão de "exportações" e "importações"; a criação de "empresas" econômicas maiores (ou entidades de tomada de decisão econômica); e um aumento significativo na coerção da força de trabalho. O padrão de exportação e importação passa a ser a replicação da dicotomia entre centro e periferia que constitui a divisão axial do trabalho. Logo, a exportação de matérias-primas periféricas por produtos manufaturados do centro. Para que isso ocorra, é necessário a criação ou expansão significativa da agricultura de lavoura comercial (e formas análogas de produção do setor primário) para o comércio exterior, e a redução ou eliminação das atividades manufatureiras locais. Além disso, de acordo com Arrighi (1979), a incorporação, do ponto de vista dos processos produtivos, envolve também saber como ela evoluiu ao longo do tempo e se conseguiu alterar os padrões dominantes de produção e reprodução da região incorporada.

Nessa fase, embora os tratados desiguais (Tratado de Nanquim, Tratado Suplementar de Bogue, Tratado de Tianjin e as Convenções de Pequim) tenham consolidado a influência estrangeira, com a abertura forçada de 20 portos e a instalação de mais de 100 fábricas ocidentais, a China ainda possuía certa resistência e autonomia para liderar alguns processos da sua economia, que era predominantemente rural (Vieira, 2021). De acordo com Hung (2015) nenhuma potência estrangeira conseguiu dominar a China e reorganizar sua economia rural entre 1850 e 1949 por completo, pois ela nunca foi formalmente colonizada e os camponeses resistiram às mudanças impostas, como o caso dos industriais estrangeiros não conseguirem controlar a oferta de algodão e a resiliência da indústria têxtil rural atestam a certa autonomia da China no período (Sugihara, 2003). Podemos somar à isso, as revoltas populares as quais o campesinato chinês protagonizou diversas formas de resistência diante da crescente penetração estrangeira no período das Guerras do Ópio. O movimento anti-sistêmico de San Yuan Li na década de 1840 ilustra essa reação inicial, na medida em que liderada por elites proprietárias, a milícia local mobilizou camponeses contra a intrusão ocidental, associada à importação de ópio e à drenagem de prata que corroía a economia (So; Chiu, 1995). Pouco depois, a Rebelião de Taiping (1851-1864) representou uma contestação ainda mais profunda ao mobilizar cerca de 10 mil rebeldes camponeses, artesãos, trabalhadores sem terra em torno de um projeto radical de transformação social (So; Chiu, 1995). Embora tenham enfraquecido e descentralizado ainda mais o governo imperial, as duas rebeliões demonstram como o campesinato chinês do século XIX esteve no centro da oposição ao domínio estrangeiro, e como a incorporação da China se deu de forma parcial neste período. Assim, a agricultura e a indústria rural “permaneciam praticamente à margem da economia-mundo capitalista, o que significava a continuidade das técnicas, das relações de trabalho tradicionais e ausência das pressões da acumulação incessante de capital” (Vieira, p. 182, 2021).

No entanto, em 1911 com a república, outros setores da economia chinesa foram intensificando sua integração com a economia-mundo, como o caso do capital financeiro, os bancos estrangeiros atuando nos portos, importação de máquinas e produtos manufaturados, instalação de fábricas e indústrias. Aumentou também a quantidade de produtos agrícolas para a exportação. De 1909 a 1929 as exportações de grãos, bolo de soja e de óleo aumentaram em três vezes, chegando a 75% da produção mundial (Vieira, 2021). Foi somente com a invasão japonesa de 1937 e a subsequente vitória do Partido Comunista da China (PCCh) e consolidação da República Popular da China que a incorporação parcial e fragmentada sofreu um retrocesso, sendo substituída por uma integração mínima à economia-mundo capitalista (Vieira, 2021).

Como Estado socialista, mas ainda parte do sistema-mundo capitalista, de 1949 a 1978, a China entra em um período de pressões externas na tentativa de impedimento do projeto estatal do PPCh. Nesse momento, os Estados Unidos, já se firmando como nova hegemonia, e seus aliados europeus e Japão impuseram uma série de embargos comerciais à China, o que restringiu seu desenvolvimento e fez com que se retirasse da E-MC. Por sua vez, a agricultura se tornou prioridade número um do governo, ao passo que o financiamento da indústria foi realizado com o excedente extraído do campo para não depender de recursos externos. O PCCh teve de formular um projeto industrial, ao mesmo tempo, capaz de assegurar condições sociais mínimas a uma população majoritariamente rural, em que mais

de 90% dos chineses viviam no campo nos anos 1950 (Medeiros, 2013). Entre 1949 e 1953, a primeira medida foi a promulgação de uma lei de reforma agrária radical, que distribuiu terras aos camponeses, eliminou os latifúndios e consolidou uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar, articulada à aliança operário-camponesa sob a direção do PCCh (Escher, 2022). O objetivo central era suprimir a grande propriedade privada, instaurar formas coletivas de posse da terra e, assim, reduzir a concentração fundiária e as profundas desigualdades sociais do campo chinês.

Naquele período, uma minoria de grandes proprietários, em torno de 10% da população rural, controlava mais de 70% das terras cultiváveis, enquanto camponeses e trabalhadores assalariados, que representavam mais de 90% da população, tinham acesso a apenas 30% delas (Pomar, 2015). A reforma agrária conduzida pelo PCCh foi além da redistribuição de terras e meios de produção, incorporando medidas de promoção da igualdade de gênero, programas de alfabetização e iniciativas de educação agropecuária voltadas especialmente para os setores mais pobres do campo. De acordo com Pomar (2015), até 1952 foram distribuídos 47 milhões de hectares, cerca de metade das terras aráveis do país, beneficiando 300 milhões de camponeses, que passaram a deter 90% das terras, enquanto os latifundiários ficaram reduzidos a apenas 8%.

Os camponeses chineses tornaram-se proprietários de suas condições de trabalho e experimentaram uma melhora significativa em sua situação econômica. Apesar disso, a capacidade produtiva ainda era limitada, em razão do predomínio de uma agricultura arcaica, intensiva e marcada pela fragmentação das terras. Diante desse quadro, em 1953 os camponeses foram orientados a formar equipes de ajuda mútua, geralmente compostas por quatro ou cinco famílias, processo que abriu caminho para a coletivização da terra e a consolidação das comunas. Paralelamente, o PCCh regulamentou o mercado de grãos por meio do Sistema Unificado de Compra e Venda, que obrigava os camponeses a cumprir cotas de entrega de cereais, algodão e outros produtos essenciais, enquanto o Estado fornecia bens industriais necessários à subsistência (Pomar, 2015). Nesse contexto, foram instituídas cooperativas de produção semi-socialistas, de caráter inicial, cujo objetivo era unificar terras, ferramentas e demais meios de produção privados a fim de aumentar sua rentabilidade. A partir de 1955, no entanto, iniciou-se a difusão de cooperativas de caráter plenamente socialista, nas quais a propriedade privada foi substituída integralmente pela propriedade coletiva. Esse modelo se expandiu rapidamente e, em 1957, cada uma das 740 mil cooperativas de tipo superior reunia em média 168 famílias, administrando uma área de cerca de 140 hectares (Pomar, 2015, p. 101).

A experiência chinesa de transformação agrária passou por diferentes fases ao longo do século XX. Inicialmente, a reforma agrária e a coletivização possibilitaram que a produção agrícola atingisse 185 milhões de toneladas em 1955 (Pomar, 2015). Contudo, a década seguinte foi marcada por dificuldades. O Grande Salto Adiante (1958-1962), combinado a desastres naturais, resultou em fomes generalizadas e tensões sociais. Apesar disso, as comunas continuaram a se expandir, chegando a 70 mil em 1964 (Trolliet, 1962). Nesse período de ajustes institucionais, conhecido como das “três pequenas liberdades”, introduziram-se mecanismos que permitiram lotes agrícolas familiares, feiras livres e empreendimentos artesanais, flexibilizando o rígido sistema coletivo. Eisenman (2018) destaca que, embora alvo de críticas, as comunas populares (1958-1982) tiveram papel

fundamental no desenvolvimento rural da China, ao mobilizar recursos coletivos para enfrentar a escassez de terra e permitir avanços como irrigação, mecanização e experimentação agrícola. Segundo o autor, também criaram bases para uma “revolução verde na China vermelha”, integrando inovação tecnológica, reorganização institucional e desenvolvimento econômico rural, consolidando uma infraestrutura e capital humano que sustentariam as reformas pós-1978.

De acordo com Vieira (2021), sob a liderança de Deng Xiaoping, as reformas de 1978 marcaram uma nova fase de integração total e irreversível da China à E-MC que vigora até o presente momento. As mudanças institucionais reverberaram na ruptura no modelo das comunas. Foi implementado o “sistema de responsabilidade familiar”, que manteve a propriedade coletiva da terra, mas concedeu aos campesinos o direito de contrato e uso. Essa medida impulsionou a produtividade, a renda e o consumo rural. Além disso, incentivos estatais, investimentos públicos e termos de troca favoráveis estimularam a diversificação agrícola e pecuária (Medeiros, 2013). Nesse contexto, emergiram as Empresas de Aldeias e Municípios (EAMs), responsáveis por dinamizar as economias locais por meio da produção de bens de consumo leve, muitas vezes financiadas com apoio do Agricultural Bank of China, que cobriu até 40,6% do capital inicial dos empreendimentos (Fares, 2018).

Segundo Arrighi (2008) as EAMs foram os principais responsáveis pela realocação de excedentes agrícolas para a realização das atividades industriais com o uso intensivo de mão de obra para absorver o excesso de trabalhadores rurais. Fato que resultou no crescimento da força de trabalho rural não agrícola passando de 28 milhões de pessoas em 1978 para 176 milhões em 2003 (Arrighi, p. 367, 2008). Com a propriedade coletiva das empresas rurais pelos habitantes das aldeias ou cidades, a alocação dos lucros foi regulamentada tornando obrigatório que mais da metade deles fosse reinvestido na própria empresa, com o intuito de expandir a produção, aumentar as verbas destinadas à assistência social e na infraestrutura agrícola. A partir de uma perspectiva histórico-mundial, Zhan (2019) argumenta que ascensão da China começou com esta decolagem na economia rural nos anos 1980, podendo ser caracterizado como uma segunda revolução industrial da trajetória de desenvolvimento chinesa, dada sua natureza intensiva em mão de obra e produção em pequena escala e baseada na comunidade campesina.

Nos anos 1990, a estratégia nacional passou a privilegiar a industrialização e a exportação. Foram criadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e 53 zonas de desenvolvimento tecnológico que atraíram investimentos estrangeiros e articularam grandes empresas estatais ao mercado global (Medeiros, 2013). Embora tenham promovido crescimento acelerado, essas políticas reduziram o peso da agricultura na economia de 32,8% do PIB em 1982 para 10,6% em 2006 (Fares, 2018) e ampliaram as desigualdades entre campo e cidade. O êxodo rural ganhou intensidade, milhões de campesinos migraram para áreas urbanas em condições precárias e cerca de 70 milhões de agricultores foram deslocados por desapropriações ligadas ao mercado imobiliário (Fares, 2018). Em resposta às tensões sociais, o governo de Hu Jintao aboliu impostos agrícolas e lançou o programa “Construindo um Novo Campo Socialista”, que investiu em subsídios, infraestrutura e serviços no meio rural (Escher, 2022). Assim, ao longo de três décadas, a política agrária chinesa transitou de um modelo coletivista radical para um sistema híbrido, combinando propriedade coletiva da terra, iniciativa familiar e crescente integração do campo às dinâmicas industriais e urbanas.

Nessa nova etapa, o governo chinês voltou-se para a modernização agrícola, garantindo às famílias campesinas acesso a tecnologias produtivas, desde maquinário até pesticidas, o que elevou significativamente a produtividade. As medidas de apoio foram ampliadas a partir de 2004, incluindo subsídios diretos para grãos, sementes, insumos e máquinas, cujo montante passou de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 24,3 bilhões (Guo, 2020). Paralelamente, o PCCh buscou reduzir desigualdades sociais e regionais, sobretudo em relação às províncias do interior, historicamente mais afastadas dos centros urbanos costeiros. Entre as iniciativas destacam-se a abolição das taxas escolares para os nove primeiros anos de ensino, a criação de um sistema cooperativo de saúde rural e fortes investimentos em infraestrutura, como estradas, eletrificação, fornecimento de água, telefonia e internet (Zhan, 2020). Esses esforços impactaram diretamente o padrão de vida da população rural. Em 1985, apenas 1,9% das famílias possuíam máquina de lavar e 0,7% tinham televisão colorida; em 2007, os índices chegaram a 46% e 94%, respectivamente, e, em 2010, 48% dos domicílios já possuíam motocicleta (Medeiros, 2013). Como resultado, a partir de 2008, as regiões rurais passaram a registrar crescimento de renda e PIB superior ao das áreas costeiras (Fares, 2018).

Contudo, a modernização impulsionada durante o governo Hu Jintao também aprofundou contradições. O fortalecimento do agronegócio, liderado pelas chamadas “companhias cabeça de dragão”, introduziu novas relações capitalistas no campo e reforçou a diferenciação social. Desde o nono plano quinquenal (1996–2001), o modelo de modernização foi ancorado na mercantilização e internacionalização da agricultura, favorecendo empresas voltadas ao processamento e exportação de commodities e intensificando processos de desapropriação e proletarização (Fares, 2018). Essa dinâmica foi acentuada em 2013, quando o PCCh autorizou a transferência do uso da terra para terceiros, com o objetivo de consolidar uma agricultura orientada ao mercado (Zhan, 2020). O volume de terras transferidas saltou de 21% para 37% do total de terras agrícolas entre 2012 e 2017, e, em 2017, cerca de 40% já estavam em unidades de “escala moderada”, pelo menos dez vezes maiores que a média nacional (Zhan, 2020).

Ao mesmo tempo, como abordado por Espíndola, Sampaio e Medeiros (2025), entre o 9º e o 14º Plano Quinquenal, o governo chinês criou as bases para a chamada agricultura 5.0, combinando inovações tecnológicas com fortes investimentos em infraestrutura e serviços rurais. Nesse período, ampliou-se a rede de abastecimento de água, energia, transporte e comunicação, garantindo maior integração do campo ao mercado nacional. Em 2018, o país contava com mais de 4 milhões de quilômetros de estradas rurais, assegurando quase universalidade no acesso pavimentado e no transporte público até vilas e municípios. A cobertura de abastecimento de água no meio rural saltou de 34% em 2004 para 81% em 2018, enquanto a expansão da banda larga chegou a 98% das vilas administrativas. Como resultado, mais de 800 milhões de chineses já eram usuários da internet e o número de usuários de internet móvel atingiu 788 milhões, atendendo a 74,6% das áreas urbanas e 38,4% das áreas rurais (Guo, 2020). Ainda, entre 2000 e 2020, a mecanização do cultivo e da colheita agrícola na China passou de 32% para 68%, registrando um salto de mais do que o dobro em vinte anos. No caso das principais culturas, a taxa já supera 70%, alcançando acima de 80% na produção de grãos. Em termos específicos, os índices de lavoura, semeadura e colheita mecanizadas situam-se em 84%, 56% e 61%, respectivamente. No cenário atual, cerca de

87% da agricultura camponesa do país já opera com algum nível de mecanização (Marcelino, 2024).

No governo Xi Jinping (2013-presente), manteve-se, a princípio, a ênfase na agricultura em larga escala apoiada pelo capital. Em 2013 a Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, aprovou nova reforma agrária que sinalizou um movimento decisivo para o capitalismo agrário, ao recentralizar e transferir os direitos à terra dos camponeses para grandes produtores, incluindo grandes fazendas, empresas do agronegócio e investidores urbanos (Zhan, 2019). Entretanto, entre 2017 e 2018, o lançamento da Estratégia de Revitalização Rural representou uma inflexão importante nas políticas agrárias. Embora ainda privilegie a modernização, essa diretriz busca integrar as pequenas unidades camponesas ao desenvolvimento agrícola contemporâneo e proteger seus direitos frente à pressão do setor imobiliário e à concentração fundiária. Segundo Escher e Schneider (2022), seus objetivos centrais incluem o fortalecimento da agricultura familiar, a ampliação da assistência técnica e extensão rural, a promoção da sustentabilidade ambiental, a valorização da cultura camponesa, a erradicação da pobreza e a elevação das condições de vida no campo. Nesse sentido, a Revitalização Rural sinaliza uma tentativa de superar a orientação excessivamente urbana do modelo de desenvolvimento chinês, revalorizando o papel do campo na coesão nacional, a fim de acomodar as camadas de trabalhadores rurais.

Para tanto, como advertido por Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001, p. 276, tradução nossa), “a contradição subjacente do sistema capitalista mundial, que promove a formação de um proletariado global mas não consegue assegurar um salário digno generalizado (isto é, os custos mais básicos de reprodução), longe de ser resolvida, tornou-se mais aguda do que nunca”. No caso da China, apesar dos avanços expressivos nas condições de vida e assistência aos camponeses, este diagnóstico do capitalismo tornou-se altamente relevante para a realidade e contradições do campo chinês.

Ainda que a política agrária chinesa pareça se mover em um ritmo pendular, ora favorecendo empresas do agronegócio, ora apoiando os camponeses familiares, é essencial ressaltar que a China parece exercer relativa autonomia na sua trajetória de desenvolvimento rural dentro da economia-mundo capitalista. Embora desde sua inserção total e irreversível dentro do sistema-mundo com as reformas de abertura na década de 1980, em contraposição com o Brasil que nesse mesmo momento vivia em instabilidade econômica e social no campo e na cidade com a expansão financeira da E-MC, a China angariou explosivo crescimento econômico, sustentado principalmente pela elevação da produtividade agrícola e maiores condições sociais da população camponesa.

4. Considerações Finais

Buscamos compreender as diferenças entre as políticas públicas de desenvolvimento rural de Brasil e China no contexto da economia-mundo capitalista e avaliar se elas expressam trajetórias de bifurcação entre a América Latina e o Leste Asiático. Com o método histórico-mundial e comparativo, a principal lição é que, ao contrastar os dois casos, é possível identificar condições históricas necessárias ou ausentes para o desenvolvimento rural, ressaltando elementos estruturais que marcaram cada trajetória.

Os laços de ambos os países com a economia-mundo limitam mudanças profundas, mas suas estratégias diferem substancialmente. A China, por meio de uma revolução industrial, priorizou a pequena produção nos núcleos aldeões, ampliando a inclusão social e econômica do campesinato. O Partido-Estado liderou a acumulação de capital e direcionou crédito, infraestrutura e serviços para o campo, articulando ganhos de produtividade com proteção social. Contudo, à medida que sua integração com a economia-mundo se intensifica, surgem contradições, como a pressão pela expansão do agronegócio e a possibilidade de revisão da reforma agrária.

No Brasil, parte indissociável do sistema-mundo desde sua formação, o desenvolvimento rural consolidou-se em larga escala para atender às demandas externas das cadeias mercantis globais. A concentração fundiária, a dependência de capitais estrangeiros e a adesão à Revolução Verde restringiram o acesso de camponeses a máquinas, crédito e insumos, reforçando a exclusão social. A burguesia rural manteve o controle sobre a acumulação de capital, e o Estado, subordinado a seus interesses, não consolidou políticas capazes de democratizar a terra e garantir melhores condições de vida para a maioria dos trabalhadores do campo, apesar de avanços sociais pontuais nas últimas três décadas.

Assim, as dinâmicas de desenvolvimento rural revelam-se enraizadas nas especificidades históricas de cada país e em suas formas de inserção no sistema-mundo. A trajetória chinesa foi marcada por um projeto nacional que integrou os trabalhadores rurais ao desenvolvimento agrícola, enquanto no Brasil o latifúndio, herança colonial, permaneceu como base da acumulação explorando a força de trabalho camponesa. Por isso, o debate agrário brasileiro ainda aponta para a necessidade de uma reforma redistributiva como condição para enfrentar a concentração de terras e oferecer emprego e proteção social à maioria da população rural. Já na China, a disputa gira em torno da preservação das conquistas da reforma agrária ou da sua reconfiguração em favor do agronegócio.

Em suma, ainda que Brasil e China tenham emergido como periferia-semiperiferia no sistema-mundo, suas trajetórias rurais tomaram caminhos distintos. Essa divergência não expressa autonomias absolutas, mas estratégias específicas diante das pressões estruturais do capitalismo histórico, sugerindo que o desenvolvimento rural segue sendo um campo privilegiado de disputa política e social nas transformações em curso da economia-mundo.

Referências

ARENDS, Marcelo. O Brasil e o Longo Século XX: Condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In Vieira, Rosângela de L. (org). **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Pp.135-171;

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The resurgence of East Asia**: 500, 150 and 50 year perspectives. London: Routledge, 2003.

ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-keung; HUNG, Ho-Fung; SELDEN, Mark. Historical capitalism, East and West. In: ARRIGHI, Giovanni. HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. **The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. Londres: RoutledgeCurzon, 2003. Págs. 300-320.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

EISENMAN, Joshua. **Red China's green revolution**: Technological innovation, institutional change, and economic development under commune. New York: Columbia University Press, 2018.

ESCHER, Fabiano. A economia política do desenvolvimento rural na China: da questão agrária à questão agroalimentar. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 26, e222610, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec>.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis. Desenvolvimento agrícola e tecnologias 5.0 no âmbito da nova economia do projetamento na China. **Princípios**, [S. l.], v. 43, n. 171, p. 31–53, 2025. DOI: 10.14295/principios.2675-6609.2025.171.003. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/574>. Acesso em: 27 set. 2025.

FARES, T. M. O desenvolvimento agrário chinês e sua integração com o agronegócio brasileiro. **Revista de estudos críticos asiáticos**, v. 3. n. 1, jan. 2017.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

GUO, P. The agricultural and rural sector in China: an overview. In: JANK, M. S. GUO, P.; MIRANDA, S. H. G (org). **China-Brazil partnership on agriculture and food security**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2020, p. 44-71.

HAMILTON, G.G; CHANG, W. The importance of commerce in the organization of China's late imperial economy. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London: Routledge, 2003, p. 173-213.

KONCHINSKI, Vinicius; BIANCHI, Paula. Brasil tem 145 mil famílias acampadas à espera de terra. Repórter Brasil, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/02/brasil-familias-acampadas-reforma-agraria/>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARCELINO, Fernando. Campo chinês: modernização sem latifúndio. Outras Palavras, 18 out. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/campo-chines-modernizacao-sem-latifundio/>. Acesso em: 29 set. 2025.

MEDEIROS, Carlos. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924 p.; pp.435-490.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MST. O Governo Lula foi o que mais assentou famílias na história do Brasil. **MST**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 23, set de 2025.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

RIBEIRO, Darcy. 1987. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. Petrópolis, RJ: Vozes.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JR., Caio (1960). Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, José Eli da. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 15-85.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

TILLY, Charles. 1984. **Big structures, large processes, huge comparisons**. New York: Russel Sage Foundation.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 306-322.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2ª edição, Expressão Popular. São Paulo, 2011.

SUGIHARA, Kaoru. The East Asian path of economic development: a long-term perspective. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives**. London: Routledge, 2003, p. 78-116.

TROLLIET, Pierre. Les communes populaires rurales chinoises. **Revue Tiers Monde**, Paris, v. 9-10, p. 229-269, 1962.

VALADARES, Alexandre Arbex; ALVES, Fábio. Perfil da população rural na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar: uma análise preliminar. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira (org.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. p. 43-67. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-060-8/capitulo2>

VIEIRA, Pedro Antonio. As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente). In: OURIQUES, Helton Ricardo (org.). **Desigualdade, geocultura e**

desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: um olhar desde as (semi)periferias. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021, p. 175-207.

VIEIRA, Pedro Antonio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 19, n. 3, p. 499–527, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642678>. Acesso em: 8 set. 2025.

VIEIRA, Pedro Antonio. O nacionalismo metodológico na economia e a economia política dos sistemas-mundo como possibilidade de sua superação. **Estudos do CEPE**, 42, 2015, pp. 78-94.

VIEIRA, Pedro Antonio; OURIQUES, Helton Ricardo; SANTOS, Fábio Pádua dos. Trajetórias divergentes: a América Latina e o Leste Asiático na economia-mundo capitalista. **Colombia Internacional**, v. 113, p. 23-59, 2023.

VIEIRA, Pedro Antonio. A Economia Política dos Sistemas-Mundo: origens, fundamentos e aplicações. In: VIEIRA, Pedro Antonio. **Economia Política dos Sistemas-Mundo: Origem, fundamentos teóricos-metodológicos e aplicações**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2025.

VIEIRA, Rosângela de Lima. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 a 1929. In: VIEIRA, Pedro; VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe (orgs.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an introduction**. Editora, 2004.

ZHAN, Shaohua. **The land question in China**: Agrarian capitalism, industrious revolution, and East Asian development. London: Routledge, 2019.

ZHAN, Shaohua. The land question in 21st century China: four camps and five scenarios. **New Left Review**, n. 122, p. 115-133, 2020.